

continuação entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. São compostos por: **• Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e **• Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. **2.2.17. Alterações de normas contábeis: Convergência às normas internacionais de contabilidade:** Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *"International Accounting Standards Board - IASB"*. Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21 e Resolução BCB nº 120/21; **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; **CPC 06 (R2)** - Arrendamento mercantil - homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21; **CPC 06 (R2)** - Arrendamento mercantil ¹; **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; **CPC 23** - Registro contábil e evidenciamento de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; **CPC 27** - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; **CPC 33 (R1)** - Benefícios pagos a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20 e Resolução BCB nº 59/20; **CPC 41** - Resultado por ação - homologado pela Circular nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20. O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento; **CPC 46** - Mensuração do valor justo - tema consolidado pela Resolução CMN nº 4.924/21; **CPC 47** - Receita de contrato com cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; **CPC 48** - Instrumentos financeiros - homologado pela Resolução CMN nº 4.966/21 ¹. ¹ As Resoluções entraram em vigor a partir de 01/01/2025. Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco. **3. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Dezembro 2025	
Disponibilidades em moeda corrente	860	
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.588	
Total disponibilidades	2.448	
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	338.983	
Total de caixa e equivalentes de caixa	341.431	
São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1. 4. Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2025, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros estavam assim compostos: a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:		
	Dezembro 2025	
Valor justo por meio do resultado	Valor contábil	Valor de Mercado
Carteira própria:		
Nota comercial	10	10
Subtotal valor justo por meio do resultado	10	10
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro ¹	32.835	32.835
Debêntures	433	433
Total	33.268	33.268
Vinculados à prestação de garantias ²:		
Letras Financeiras do Tesouro	223.701	223.701
Subtotal	223.701	223.701
Subtotal valor justo por meio de outros resultados abrangentes	256.969	256.969
Custo amortizado		
Carteira própria:		
Cotas em fundos em direitos creditórios	348.319	348.319
Nota comercial	15.015	15.015
Subtotal	363.334	363.334
Vinculados à prestação de garantias:		
Cotas de fundos de investimentos ^{3 4}	4.978	4.978
Subtotal	4.978	4.978
Subtotal custo amortizado	368.312	368.312
Total	625.291	625.291

Item objeto de hedge	Vencimento	Valor captação	Instrumento de hedge ¹	Varição no valor justo do objeto de hedge ²	Varição no valor justo do instrumento de hedge ³	Efetividade (%)
Depósitos a prazo	01/07/2027	-	Futuro DI	5	(5)	89,66%
Depósitos a prazo	01/10/2027	-	Futuro DI	724	(649)	96,89%
Depósitos a prazo	03/01/2028	-	Futuro DI	772	(797)	97,34%
Depósitos a prazo	03/04/2028	22.321	Futuro DI	267	(260)	99,34%
Depósitos a prazo	03/07/2028	127.292	Futuro DI	1.623	(1.634)	97,88%
Depósitos a prazo	02/10/2028	58.894	Futuro DI	828	(810)	96,88%
Depósitos a prazo	02/01/2029	81.563	Futuro DI	1.029	(1.062)	99,47%
Depósitos a prazo	02/04/2029	5.702	Futuro DI	100	(99)	99,78%
Depósitos a prazo	02/07/2029	65.294	Futuro DI	1.181	(1.178)	99,73%
Depósitos a prazo	01/10/2029	20.825	Futuro DI	387	(386)	98,13%
Depósitos a prazo	02/01/2030	63.524	Futuro DI	1.057	(1.077)	99,57%
Depósitos a prazo	01/04/2030	11.324	Futuro DI	260	(259)	99,99%
Depósitos a prazo	01/07/2030	125.740	Futuro DI	2.903	(2.903)	99,97%
Depósitos a prazo	01/10/2030	29.661	Futuro DI	695	(695)	94,31%
Depósitos a prazo	02/01/2031	55.118	Futuro DI	970	(1.029)	99,88%
Depósitos a prazo	02/01/2032	143.758	Futuro DI	3.360	(3.356)	92,38%
TOTAL		811.016		16.162	(16.201)	

¹ Em 31 de dezembro de 2025 o montante do diferencial a pagar dos contratos de futuros é de R\$ 665 líquido de taxas operacionais. ² Valor justo apurado conforme hierarquia nível 2. ³ Valor justo apurado conforme hierarquia nível 1. Composição dos valores de referência (*"Notional"*) registrados em contas de compensação, por tipo de estratégia, de contrato e de indexadores de referência.

	Dezembro 2025	
Estratégia de proteção	Acima 12 meses	Total
Posição comprada - <i>Pré x DI</i>	811.016	811.016
Total	811.016	811.016
d. Resultados reconhecidos com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez:		
2º Semestre 2025	Dezembro 2025	
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	36.268	72.078
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	46.679	75.303
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo	(16.884)	(56.675)
Resultado líquido sobre contrato de futuro	17.094	58.646
Total	83.157	149.352

5. Relações interfinanceiras: Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural. **6. Operações de crédito:** As operações de créditos são classificadas ao custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025, estão assim sumarizadas: **a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação**

	Dezembro 2025	
Cédula de crédito bancário (CCB)	1.486.945	
<i>Home equity</i>	263.329	
Adiantamento a depositantes	10	
Crédito Pessoal - Consignado	702.973	
Financiamento	300.392	
Outros Crédito	3.087	
Total	2.756.736	
Custo de aquisição de operação de crédito ¹	136.352	
Total de operações de Crédito	2.893.088	
Operações de crédito no ativo circulante	731.392	
Operações de crédito no ativo não circulante	2.025.344	
Custo de aquisição no ativo circulante	38.710	
Custo de aquisição no ativo não circulante	97.642	

¹ Refere-se ao prêmio pago na aquisição da carteira de crédito originada pelo Grupo Creditais, representada por cessões de crédito sem coobrigação.

b. Diversificação da carteira por vencimento:

	Dezembro 2025	
Total	Saldo	%
Vencidos:		
De 1 a 14 dias	145.682	25,64
De 15 a 90 dias	233.634	39,71
Acima de 90 dias	196.880	34,65
Total vencidos	568.196	100,00
A vencer:		
Até 90 dias	9.053	0,41
De 91 a 180 dias	30.905	1,41
De 181 a 360 dias	123.237	5,63
Acima 360 dias	2.025.345	92,54
Total a vencer	2.188.540	100,00
Total	2.756.736	100,00
c. Diversificação da carteira por segmento de mercado:		
Dezembro 2025	Saldo	%
Sector privado:	155.939	5,66
Serviços	534.342	19,38
Agronegócio	30.805	1,12
Administrações Financeiras	2.035.650	73,84
Pessoas físicas	2.756.736	100,00

Setor privado: Servicos Agronegócio Administrações Financeiras Pessoas físicas

¹ Desse montante, R\$ 23.071 refere-se a garantia das operações com compromisso de recompra com vencimento de um dia útil. ² Refere-se a garantias de operações BM&F. ³ Outras garantias financeiras prestadas. ⁴ As cotas de fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil das datas de balanço. **b. Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários:**

	Dezembro 2025	
Sem vencimento ²	353.298	
A vencer até 360 dias	91.034	
A vencer acima de 360 dias	180.959	
Total	625.291	
¹ Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. ² Cotas de fundos são classificados como sem vencimento, independentemente da sua classificação contábil. c. Instrumentos financeiros derivativos - Negociação: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura de risco de mercado, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia estabelecida pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe. Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apreamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Em 31 de dezembro de 2025, a composição dos instrumentos financeiros derivativos, estava assim apresentada:		
	Dezembro 2025	
Valor referencial	Valor patrimonial	Ajuste ao valor justo
Ativo	Valor justo	Passivo
Valor justo	Valor justo	Valor justo
Posição comprada		
Prêmio de opções - moeda estrangeira ¹	20.879	13.408
Swap - taxa de juros ²	915.466	648
Futuro - taxa de juros ¹	368.594	-
Hedge accounting	811.016	20.893
Total - Posição comprada	2.115.955	34.948
Posição vendida	7.813	90.259
Prêmio de opções - moeda estrangeira ¹	1.217	15.300
Futuro - moeda estrangeira ¹	368.594	-
Total - Posição vendida	369.811	15.300
Total	2.485.766	19.648
Total	1.892	90.259

¹ A contraparte da operação é a B3. ² A contraparte da operação são empresas. ³ O vencimento das operações são superiores a 360 dias. Os contratos de futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de colaterais para manter as posições abertas. Assim, a área de riscos do Banco projeta em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco e/ou depósitos em dinheiro, que apesar de diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada. Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores", e a pagar registrados na conta "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores". O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta em dezembro/2025 por depósito em dinheiro. **Estrutura de hedge:** A estratégia de hedge é determinada com base nos limites de exposição a taxa de juros inerentes às operações de captação do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de hedge, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN. Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de variação de juros. Observada a liquidez que o mercado apresentará, as datas de vencimento dos instrumentos de hedge são os mais próximos possíveis das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco. O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de hedge de risco de mercado em 31 de dezembro de 2025.

dezembro de 2025			
instrumento de hedge ¹	Varição no valor justo do objeto de hedge ²	Varição no valor justo do instrumento de hedge ³	Efetividade (%)
Futuro DI	5	(5)	89,66%
Futuro DI	724	(649)	96,89%
Futuro DI	772	(797)	97,34%
Futuro DI	267	(260)	99,34%
Futuro DI	1.623	(1.634)	97,88%
Futuro DI	828	(810)	96,88%
Futuro DI	1.029	(1.062)	99,47%
Futuro DI	100	(99)	99,78%
Futuro DI	1.181	(1.178)	99,79%
Futuro DI	387	(386)	98,13%
Futuro DI	1.057	(1.077)	99,57%
Futuro DI	260	(259)	99,99%
Futuro DI	2.903	(2.903)	99,97%
Futuro DI	695	(695)	94,31%
Futuro DI	970	(1.029)	99,88%
Futuro DI	3.360	(3.356)	92,38%

¹ Reclassificação para adequação ao novo COSIF. **c. Níveis de risco da provisão associada ao risco de crédito - operações de crédito:** A constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco				Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Provisão Total
A vencer	Vencidas	Total				
C1	276.603	35.392	311.995	5.187	-	5.187
C2	1.307.648	413.523	1.721.171	105.330	8.120	113.450
C3	50	-	50	1	-	1
C5	604.239	119.281	723.520	42.909	25.121	68.030
Total	2.188.540	568.196	2.756.736	153.427	33.241	186.668
8. Outros créditos: a. Rendas a receber:						
						Dezembro 2025
Comissões e corretagens a receber ¹						1.163
Receita de assessoria financeira ²						36.901
Total						38.064
Ativo circulante						38.064
¹ Referem-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos e rebate de fundos. ² Representa receita de incentivo (" <i>incentive fees</i> ") conforme estabelecido no contrato de compra e venda de ações firmado com a Creditais LLC, referente ao desenvolvimento e implantação do crédito varejo e seu fluxo operacional. b. Diversos:						
						Dezembro 2025

Partes relacionadas - valores a receber empresas do grupo (nota 15)	368
Diferencial a receber operação de <i>hedge</i> ¹	665
Devedores por depósito em garantia (nota 14)	1.987
Devedores diversos ²	4.211
Outros	1.461
Total	8.692
Ativo circulante	6.705
Ativo não circulante	1.987
¹ Valor inclui R\$ 665 de diferencial a receber da estrutura de <i>hedge</i> (nota 4c);	
² Valor inclui saldo de conta transitória de baixa de parcelas de operações de créditos cujo valor é liquidado em d+1. 9. Ativos fiscais diferidos: Em consonância com a resolução 4.842/20, emanada pelo CMN, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições: i) Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência. II. Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de	

	31/12	
Diferenças temporárias líquidas		
Provisão contingência trabalhista		
Estoque PDD - Transição Lei nº 14.467	3	
Provisão devedores duvidosos	4	
Processos cíveis		
Processos fiscais		
Bônus		
Provisão com comissões		
Outras provisões para pagamentos		
Ajuste valor de mercado (TVM)		
Total referente a diferenças temporárias	7	
Prejuízo fiscal - IRPJ	1	
Base Negativa - CSLL		
Total exercício 2025	9	
Realização a Valor Presente		

continuação

social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não podem ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. **d. Ajuste de avaliação patrimonial:** Os valores líquidos dos efeitos tributários dos ajustes de avaliação patrimonial dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 11 de valorização. **17. Receitas de operações de crédito:**

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Rendas com empréstimos	328.808	568.325
Rendas com financiamentos	36.875	94.957
Rendas com adiantamentos a depositante	11	15
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	7.127	11.460
Apropriação de custo de aquisição de carteira	(39.225)	(87.868)
Total	333.596	586.889

18. Receitas de prestação de serviços:

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Rendas de intermediação ¹	11.395	19.355
Remuneração operação estruturada ²	8.090	8.210
Rendas de corretagem de câmbio	(861)	(1.685)
Rendas de serviços de custódia	89	157
Total	18.713	26.037

¹ Refere-se principalmente a rebate na comissão sobre taxa de administração e performance de fundos Distribuídos por conta e ordem. ² Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações para clientes. **19. Despesas de pessoal:**

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Proventos	(17.037)	(34.697)
Encargos Sociais	(5.356)	(10.691)
Benefícios	(5.170)	(10.166)
Pró-labore	(818)	(1.612)
Treinamento	(135)	(255)
Total	(28.516)	(57.421)

20. Outras despesas administrativas:

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Serviços do sistema financeiro ¹	(12.963)	(22.708)
Processamento de dados ²	(10.339)	(19.692)
Serviços técnicos especializados ³	(26.955)	(51.852)
Aluguéis	(1.494)	(2.938)
Serviços de terceiros	(580)	(1.137)
Comunicações	(456)	(852)
Publicação	(30)	(30)
Viagens	(193)	(369)
Transporte	(118)	(228)
Outras	(3.492)	(6.030)
Total	(56.620)	(105.836)

¹ Composto substancialmente por repasse de valores relacionados à gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias. ² Representam gastos com consultorias de sistemas e processos. ³ Refere-se substancialmente a serviços prestados por assessoria jurídica e financeira. ⁴ Inclui despesas com eventos, representações e brinde no montante de R\$ (719) despesas com condomínio de R\$ (636), associação de classe de R\$ (597), dos quais R\$ (460), R\$ (312) e R\$ (305) são referentes ao segundo semestre respectivamente.

Diretoria/Administração		
Rodolfo Pousa	Luis F. Jimenez Aragon	José Carlos J. Campos Jr.

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Andbank (Brasil) S.A.**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** *Acordo operacional e contrato de compra e venda de ações:* Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras - Contexto Operacional, que traz divulgações relevantes relativas ao acordo operacional envolvendo originação e gestão de crédito iniciadas em setembro de 2022, efetadas no contexto de aquisição de participação societária do Banco pela Credits Financial Solutions, LLC., firmado em 6 de julho de 2022. A transação de troca de controle foi aprovada pelo BACEN em 16 de julho de 2025, e, em decorrência da aprovação, conforme

21. Outras receitas operacionais:

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Prestação de serviços exportação ¹	1.910	2.125
Reversão de provisões operacionais ²	2.352	4.505
Reversão provisão ágio	868	1.909
Recuperação de despesas	238	238
Outras receitas operacionais	901	1.370
Total	6.269	10.147

¹ Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria. ² Refere-se a reversão de provisão de serviços técnicos especializados e contingências. **22. Outras despesas operacionais:**

	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Amortizações e depreciações	(7.262)	(15.344)
Variação monetária passiva	(89)	(89)
Processos judiciais	(46)	(90)
Provisão de despesa de tecnologia	(76)	(300)
Provisão de custo na aquisição de operação de crédito	(6.120)	(7.667)
Despesas legais com retomada	(12.848)	(21.834)
Outras ¹	(398)	(1.009)
Total	(26.839)	(46.333)

¹ Inclui R\$ 90 referente às despesas financeiras com o acordo operacional

24. Participação em controlada:

Empresa	Capital Social	Resultado período
Andbank DTVM ^{1 2}	1.795	299

¹ Em 28 de novembro de 2025 foi publicado no Diário Oficial da União a aprovação do Banco Central do Brasil referente ao processo de cisão parcial do Banco Andbank, que resultou na transferência do investimento e do controle na Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. para a Andbank Holding Ltda. ² Em função do processo de transferência do investimento, o saldo do resultado apresentado é acumulado de onze meses. **25. Outras informações:** **a.** O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 5.237/25 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia III) através das Resoluções nº 4.955 e 4.958, ambas de 21 de outubro de 2021, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia do Banco (Prudencial) é de 12,05%. **31/12/2025**

Capital Principal antes das deduções 460.710
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais (193.455)
Patrimônio de Referência (PR) 276.062
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido (92.422)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA 183.334
b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, 31 de dezembro de 2025, os quais estão registrados em contas de compensação R\$ 2.794.557. **c.** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não prestou outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente. **26. Estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos:** A estrutura de gerenciamento de riscos do Andbank Brasil considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital. **• Gerenciamento do risco operacional:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A premissa do trabalho de gerenciamento

23. Imposto de renda e contribuição social:		
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social/	2º Semestre 2025	Dezembro 2025
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(63.820)	(59.267)
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 2.2.10)	28.719	26.670
(Inclusões) Exclusões Permanentes	6.768	2.703
Amortização de ágio	(4.534)	(1.579)
Participações em controladas	510	135
Reserva de reavaliação	(164)	(78)
Outras despesas não dedutíveis	(1.066)	(555)
Benefícios Fiscais e outros	11.095	3.853
Lei do Bem	928	928
(Inclusões) Exclusões Temporárias	(40.599)	(29.751)
Provisão para pagamentos	(11.481)	2.949
Provisão para devedores duvidosos	(29.118)	(32.753)
Outras temporárias	-	53
Lucro/Prejuízo antes da compensação Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	(11.661)	(378)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	1.170	80.862
Imposto de renda e contribuição social corrente	3.312	(241)
Imposto diferido	(2.142)	81.103

de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17. Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos em que houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos. **• Gerenciamento do risco de mercado:** Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de: **• Operações** sujeitas à variação cambial; **• Taxas de juros;** **• Preços de ações;** **• Preços de mercado** ("commodities"). O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas. A utilização de instrumentos derivativos tem por objetivo mitigar a exposição da instituição às variações na taxa de juros. Considerando as incertezas inerentes ao longo prazo, foi adotada uma estratégia de proteção para a posição em Certificados de Depósito a Prazo (CDBs) de emissão própria, com remuneração prefixada, mediante a utilização de contratos futuros. Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado. **• Gerenciamento do risco de crédito:** O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da

Contadora
Sonia Maria de Oliveira CRC 1SP183151/O-4

qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito. A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos para conhecimento da Diretoria do Banco. **• Gerenciamento do risco de liquidez:** É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamento" entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa. O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos - COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado. **• Gestão de Capital:** O processo de gerenciamento de Capital do Banco leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado. Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil. O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos - COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado. **• Divulgação das informações relativas à gestão de riscos:** As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>). São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos: a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional; b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital; c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3; d) Formulário de referência; e e) Notas explicativas às demonstrações financeiras. **27. Benefícios Pós Emprego:** Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria. **28. Resultados não recorrentes:** Conforme nota 9, em junho de 2025 foram registrados R\$ 83.374 de créditos tributários, dos quais R\$ 70.208 representavam créditos tributários existentes e não registrados até 31/12/2024, sendo R\$ 4.982 referente a crédito tributário de prejuízo fiscal e R\$ 65.226 referente a crédito tributário de diferenças temporárias. **29. Eventos subsequentes:** Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgação nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

Diretor Responsável
Claudemir do N. R. Machado CRC 1SP217346/O-5

falsas intencionais. **• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 25 de agosto de 2026. **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.** - CRC nº 2 SP 011609/O-8; **Luana de Melo Souza** - Contadora - CRC nº 1 SP 292386/O-2.**



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>